



1 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS
3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA 22 DE
4 MARÇO DE 2024, PRESENCIALMENTE, NO AUDITÓRIO DA
5 OUVIDORIA AGRÁRIA.

6 Aos **22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2024**, às 9:00h, deu-se
7 início a 2ª Reunião Ordinária de 2024, dos membros da Comissão
8 Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões
9 Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), de forma presencial, no auditório da
10 Ouvidoria Agrária do TJPA. **Participaram da reunião:** Des. Mairton
11 Marques Carneiro, Ouvidor Agrário e Presidente da Comissão
12 Permanente de Monitoramento, Estudo, Assessoramento das Questões
13 Ligadas à Grilagem – CPMEAQLG; Dr. Manuel Carlos de Jesus Maria,
14 juiz titular da Vara Agrária de Santarém; Werveton de Jesus Barbosa,
15 representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA);
16 Carlos Eduardo Barroso Bordalo, representante da Assembleia
17 Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); Dr. Antônio Fernando de
18 Carvalho Vilar, juiz titular da Vara Agrária de Altamira; Dr. Juiz André Filo-
19 Creão, juiz titular da Vara Agrária de Castanhal; Myrza Tandaya Pegado,
20 representante da Associação dos Notários e Registradores (ANOREG);
21 Francisco Vécio de Araújo (ouvinte – SIGEO); Ibraim José das Mercês
22 Rocha, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE); Dr.
23 Amarildo José Mazzutti, juiz titular da Vara Agrária de Marabá; Mario
24 Alfredo Souza Solano, representante da Federação da Agricultura e
25 Pecuária no Pará (FAEPA); Eliana França dos Santos Zacca,
26 representante da Federação da Agricultura e Pecuária no Pará (FAEPA);
27 Adriana Afonso Nobre, representante da Ordem Dos Advogados do Brasil
28 – Seção Pará (OAB/PA) Verena Fadul dos Santos, representante da
29 Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH). *p*





30 **Ausências Justificadas:** Herena Neves Maués Corrêa de Melo,
31 representante do Ministério Público Estadual (MPE), através do ofício nº
32 270/2024-7ªPJ-MPPA; Ione Missae da Silva Nakamura, representante do
33 Ministério Público Estadual (MPE), através do ofício nº 25/2024-
34 NAF/MPPA; Jesus Fiel Gonçalves e Antônio Alberto da Costa Pimentel,
35 representantes da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
36 (SPDDH), através de e-mail recebido em 27/04/2024. A reunião foi
37 gravada em áudio e vídeo, com gravação realizada posteriormente.
38 **PAUTA:** 1) Aprovação da ata da última Reunião da última Reunião
39 Ordinária realizada no dia 9 de fevereiro de 2024; 2) Informe: Abertura
40 das inscrições para a 6ª Edição do Casamento Comunitário promovido
41 pela Ouvidoria Agrária do TJPA. Período das inscrições: 25/03 a
42 12/04/2024. Casamento previsto para acontecer no dia 10 de maio de
43 2024; 3) Resposta do Governo do Estado do Pará em relação ao Ofício
44 nº 49/2023 CPMEAQLG/ITJPA, expedido em atenção a proposição da
45 instalação de uma USINA DA PAZ no bairro do Barreiro, em Belém/PA;
46 4) Resposta ao Ofício nº 03/2024-CDHDC/ALEPA. Assunto: Ocupação no
47 imóvel denominado Fazenda Campo de Boi, situado no Município de
48 Ipixuna do Pará; 5) O que ocorrer. DES. PRESIDENTE: [ininteligível] está
49 presente, a Assembleia Legislativa através do deputado Bordalo. Nós
50 estamos com todos os juizes agrários aqui presentes, nós estamos com
51 a PGE, que está presente também, e Anoreg encontra-se também
52 presente. Nós não temos o número suficiente... As pessoas estão dizendo
53 que estão chegando, estão chegando, estão chegando, e não chegam, e
54 nós não podemos ficar a critério das pessoas que estão atrasadas ou que
55 dizem que iriam comparecer e não comparecem. Então, nós estamos
56 agora dando por encerrada a presente reunião, tendo em vista que... Ah,
57 chegou agora a Faepa. Temos número suficiente? LIVIA BASTOS
58 SANTOS FIGUEIREDO: Sim, senhor. Quórum mínimo. DES.
59 PRESIDENTE: Bom, em que pese a Faepa ter chegado atrasada, eu já





60 ia dar por encerrada. Mas como os senhores chegaram... Eu peço que da
61 próxima vez vamos fazer um esforço para chegarmos na época própria,
62 no horário próprio, porque todos que estão aqui, por exemplo, eu tenho
63 juízes lá de Santarém, tem de Marabá, tem de Castanhal, tem de Altamira,
64 todos estão aqui presentes porque dependem do Judiciário. Já a
65 sociedade civil, não desejam mais participar, me digam que eu retiro da
66 comissão. O que não posso é ficar ao bel prazer dos 'atrasildos' e das
67 pessoas que não queiram comparecer. Ministério Público, como sempre,
68 não está comparecendo, nem o estadual e nem o federal, que pertencem
69 e sabem, conhecem do nosso posicionamento. Mas vamos então dar
70 início, já de formar atrasada. **ITEM 1.** E eu coloco logo, de imediato, a
71 aprovação da Ata da última reunião que os senhores já receberam. No
72 silêncio, ela está aprovada. **ITEM 2.** E eu quero informar para a comissão
73 que nós estamos aberto as inscrições para a 6ª Edição do Casamento
74 Comunitário aqui, na Ouvidoria Agrária, que vai do dia 25/3 a 12/4. Nós
75 estamos quase que já com números suficientes para encerrar. Nós temos
76 80... É 80, não é isso? Oitenta casamentos disponibilizado para nós
77 fazemos aqui no próximo dia 10 de maio. E foi com muito custo, tendo em
78 vista que também o Cartório de Registro, Civil ele está mudando-se de
79 endereço. Mas, mesmo assim, eu consegui através da Casa Civil do
80 Governado do Estado do Pará, a realização deste casamento. Então, está
81 aberta. Eu falei ao deputado Bordalo, pela Assembleia Legislativa, ver se
82 nós temos alguns casais lá. Acredito que sim. O deputado Chicão me
83 informou que quem está tomando conta é uma pessoa lá. Já estamos
84 entrando em demais para trazer o documento necessário para nós
85 fazermos esses 80 casamentos. Quero esclarecer também que nesta
86 ocasião nós iremos... nós temos já agendado com o setor do governo, 80
87 cestas básicas. Mas parece que não vai vir esse quantitativo necessário,
88 iremos procurar outros parceiros para que todos saiam com a cesta
89 básica. Porque, na realidade, todas as pessoas que vão casar aqui, a





90 nossa finalidade é um e uma só, mas acontece que nós tivemos que
91 estender também para outros casais tendo em vista a precariedade. E
92 nós estamos também tendo que educar as pessoas e colocar as famílias
93 para efetivamente se casar. E o casamento hoje está muito caro. Muito
94 caro. E por isso, deputado Bordalo, senhoras e senhores, nós estamos
95 também servindo... a Faepa também está nos dando toda a cobertura
96 necessária para a realização desses casamentos. E eu, novamente,
97 insisto aos meus juizes agrários... Os meus, olha, espia. Parece até que
98 vocês são propriedade minha, né? Mas não são, não. Não, não são, não.
99 Não são, não. Quando eu falo meus, é porque o sentido latu da palavra,
100 carinhoso, para que os senhores se engajem nesse projeto. Localizem os
101 sindicatos, vejam o que se pode ser feito para nós realizarmos qualquer
102 coisa. Anoreg está também sendo um grande parceira neste aspecto. É
103 só procurar a doutora... Como é o nome? A Dra. Mirza, que ela é a
104 componente da Anoreg, permanente aqui na comissão. É só procurar que
105 ela viabiliza o que tiver efetivamente que ser feito em relação aos
106 casamentos comunitários. E seria bom que os magistrados... Eu sei que
107 nós estamos com muito trabalho, mas mais trabalho estou eu, fique certo
108 disso. Eu estou com vocês e não abro. E qualquer coisa é só me procurar,
109 né? Alguém quer falar sobre o casamento comunitário? Fiquem à
110 vontade. Os parceiros estão aí. A PGE também dando toda a cobertura
111 necessária, ou seja, os componentes aqui que se engajam diretamente
112 com a nossa comissão estão elevando todos os esforços para que
113 efetivamente a gente possa levar esse projeto com tranquilidade. Não
114 esqueçam que há revolução agrária em andamento. **ITEM 3.** Vamos
115 partir para o nº 3, que trata-se da resposta do Governo do Estado do Pará
116 em relação ao ofício da Comissão, expedido em 12 de dezembro de 2023,
117 com a proposição de instalação de Usina da Paz no bairro do Barreiro,
118 em Belém. No dia 15 de fevereiro de 2024, a Secretaria de Gabinete do
119 Governador, Sra. Josilene Leão, informou através de e-mail, que o Núcleo





120 de Implementação da Usina da Paz está realizando um estudo da área,
121 observando os critérios estabelecidos pelo Programa Território pela Paz
122 e Programa Estrutura do Pará. O estudo envolve a busca e avaliação da
123 viabilidade de imóveis localizada no bairro e, posteriormente, análise
124 econômica financeira para a implementação do projeto. Ou seja, está
125 faltando, na realidade, um terreno ali às proximidades... fica no Barreiro,
126 que vai também abranger, entendo eu, a Vila da Barca. Porque este
127 projeto Usina da Paz é um projeto excelente, guindado pelo Poder
128 Executivo do Estado do Pará e que vem, inclusive, já ramificando para
129 outros estados. Inclusive eu tenho conhecimento que o próprio
130 governador do Estado do Pará, Dr. Helder Barbalho, ele vem fazendo
131 palestras em relação a este projeto de Usina da Paz, e tem encontrado
132 eco nos outros estados, com a implementação também de Usina da Paz
133 no estilo nosso aqui. E o que está faltando efetivamente? Se alguém tiver
134 conhecimento de um terreno ali, às proximidades, por favor, indiquem
135 para a Presidência aqui, que eu irei colocar à disposição da secretaria que
136 toma conta efetivamente das Usinas da Paz, para que, de forma mais
137 célere, enfrentemos o problema ali no Barreiro, que é um problema muito
138 sério. Deputado Bordalo sabe disso. Aliás, todos nós sabemos o que
139 acontece ali no Barreiro, e que entendo eu, que com Usina da Paz lá
140 chegando, nós, se não acabarmos com o tráfico, com o que consta lá,
141 pelo menos iriam minimizar em 90% do que ocorre lá. Com a palavra o
142 deputado Bordalo, quer falar sobre o assunto. SR. CARLOS ALBERTO
143 BARROS BORDALO: Bom dia. DES. PRESIDENTE: Vamos ver aqui o...
144 SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Bom dia a todos. DES.
145 PRESIDENTE: Pois não? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO:
146 Parabenizá-lo pela iniciativa. E as Usinas da Paz representam uma
147 engenharia institucional que responde a uma longa discussão que como
148 o estado se faz presente no território. Todas as análises de especialistas
149 de segurança pública, eu mesmo, como relator de uma CPI de Milícias na





150 Assembleia, detectamos a seguinte situação: a ausência do estado abre
151 um flanco imenso para a entrada das organizações criminosas, que
152 passam a, pouco a pouco, ter o domínio de território. E um território ser
153 dominado por uma facção criminosa, ele passa a transformar esse
154 território em uma área de recrutamento, em uma área de expansão de
155 negócios, como também de determinação de regras que já fogem do
156 estado democrático de direito. Já se tentou no Rio de Janeiro, aquela que
157 foi até um certo ponto exitosa, depois foi abandonada... Qual era o nome
158 que dava, rapaz? Eu não lembro agora. O governador, quando assume,
159 ele vai ao México, ele visitou uma área do México que tinha
160 experimentado esse tipo de projeto. O fato é que as Usinas, onde elas
161 estão se instalando no Pará, desembargador Mairton, o nível de
162 criminalidade nas áreas tem decrescido de uma forma sustentável. Tem
163 tipos de crimes que registram quedas de 72%, 60%. Porque, ao todo, são
164 80 serviços do estado oferecidos em um único espaço. Aquela
165 pulverização do cidadão para ir tirar um documento em um canto, ter uma
166 assistência jurídica noutro. Não, está tudo concentrado na Usina da Paz.
167 E o Barreiro, sem dúvida, é um bairro emblemático em Belém. E eu
168 sugeriria, doutor, que eu sei que já há estudo no governo, aquela área
169 onde fica a Feira do Barreiro, quem passa pela Álvares Cabral com a
170 Ponte do Galo, tem a Feira do Barreiro histórica aqui, de um lado, todo
171 aquele terreno está sendo objeto de estudo pelo governo para instalar o
172 novo Complexo Econômico do Barreiro. Mas ele é tão grande que ele
173 poderia absorver os dois. Ele poderia tanto dar lugar a um novo complexo
174 de feira e mercado... Porque ele atravessa da Pedro Álvares Cabral até a
175 Senador Lemos, e ele atravessa também aqui... não sei qual é o nome da
176 rua. Eu sei que aquilo é objeto de uma pendência judicial que envolve,
177 não sei se o antigo Banpará. Eu não sei como é que é, [ininteligível]
178 judicial. Mas naquela área, olhando, sem olhar ainda lá para o lado da
179 Miramar, não é? Eu não sei se existe uma outra área com a capacidade p-





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

180 de absorver uma Usina da Paz. Mas eu deixaria essa sugestão desse
181 terreno, porque ele facilita o acesso de todo mundo, como também da Vila
182 da Barca, que não é muito longe dali. Muito obrigado, doutor. DES.
183 PRESIDENTE: Muito bem. Mais alguém conhece... Pois não,
184 [ininteligível]. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Exmo. Sr.
185 Desembargador, bom dia. Satisfação ao rever todos os membros da
186 comissão com saúde. Desembargador, objetivamente, nós pedimos
187 desculpas por termos chegado um pouco atrasado. Infelizmente coincidiu
188 com uma atividade que está em andamento lá na federação. Atrasamos
189 um pouco a nossa saída. E exercitamos o processo decisório no caminho
190 errado. Quando chegou ali na esquina da Nazaré com a Generalíssimo,
191 tinha um acidente. Então diminui um pouco mais de uns minutos aí para
192 chegar aqui. Mas fica nossas desculpas, que a gente leva a sério essa
193 reunião e tem um respeito e um carinho muito grande por todos os
194 membros dessa comissão. Fica aqui as desculpas pela Federação. Bom,
195 questão do Território da Paz. Desembargador, não sei se os senhores
196 sabem, aqui talvez o deputado Bordalo, a vida nos prega algumas
197 surpresas, né? E às vezes surpresas agradáveis. Eu quero aqui também
198 aproveitar as palavras do deputado Bordalo, e parabenizar pela iniciativa.
199 Porque eu era capitão e eu tomei conta de toda aquela área ali: Barreiro,
200 Val-de-Cães, Telégrafo, Sacramento, e depois nos deram de presente
201 também a Pratinha. Eu comandava aquela área como capitão. E naquela
202 época foi implantada a zona de policiamento, por isso que a circunscrição
203 era toda essa área, e pegava, inclusive, a Pedreira. Portanto, eu tenho
204 tranquilidade de dizer para o senhor que esse Território da Paz ali vai
205 pegar toda essa circunscrição, toda essa área, que é muito carente. Em
206 pleno centro urbano de Belém carente em todos os sentidos, a começar
207 pelo saneamento básico. É uma vergonha o que aquela população passa.
208 Quem for lá vai entender o que eu estou dizendo. Não bastasse isso, nós
209 temos um problema: parte daquela área, ela está abaixo, em uma média





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

210 de 3 a 4 metros do nível do mar. Então encheu a maré, chuva, imagina o
211 que essas pessoas passam. Hoje, pelo menos, está asfaltado. Então
212 assim, parabenizar o senhor, o governo que está tendo essa
213 sensibilidade. Não tenha dúvida que durante o tempo que lá eu estive,
214 passei, o problema principal era a ausência do estado. Exatamente isso
215 que o deputado Bordalo está falando. Para o senhor ter uma ideia, toda a
216 semana nós tínhamos uma reunião com a comunidade. Toda semana, a
217 partir das 18h. As únicas instituições que participavam como convidados
218 da reunião com a comunidade eram as duas polícias, as demais
219 instituições e empresas como Cosan, naquela época Celpa, não iam para
220 reunião. Por quê? Porque a maior parte dos problemas e das demandas
221 que nós ouvimos, como policiais, eram demandas de políticas públicas de
222 segurança, mas não de segurança pública, porque nós estávamos lá para
223 responder àquilo que fosse possível. Portanto, essa sua iniciativa, a
224 gente sabe que o foco é outro, mas é louvável, porque os resultados serão
225 significativos para atender mais uma parcela da sociedade aqui da capital,
226 que está precisando muito, muito da atenção e, principalmente, dos
227 serviços do poder público. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Mas alguém
228 quer se manifestar? Quanto à sugestão do deputado Bordalo, eu coloco
229 em votação. Está certo? Sugestão do terreno poderá ser indicado para o
230 Governo do Estado, né? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO:
231 Desembargador, esqueci de um detalhe. Nós utilizávamos aqui o clube
232 da Eletronorte como Território da Paz, não era esse nome. Mas nós
233 aproveitamos uma parceria com a Eletronorte, que aquele clube era mal
234 utilizado, fica ali no centro, na beira da Arthur Bernardes, e simplesmente
235 nós utilizávamos certo horário para a comunidade. Isso deu muito certo.
236 Obrigado. DES. PRESIDENTE: Então vamos fazer essa duas indicações
237 para o Governo do Estado. Está em discussão e aprovação. Alguém tem
238 uma proposta a contar? Então vamos encaminhar ofício a doutora... É.
239 vamos encaminhar ofício ao Governo do Estado, né? Em que lá será





240 levado ao conhecimento da Dra. Josineide Leão para a instalação nestes
241 dois terrenos, indicação para a Usina da Paz. **ITEM 4.** Então vamos ao
242 nº 4 aqui, que é: trata-se da resposta de ofício recebido... Vamos agora
243 sair de Belém, vamos para outro lugar. Trata-se de resposta ao ofício
244 recebido número tal da Alepa, encaminhado por esta comissão pelo
245 deputado Carlos Alberto Bordalo. Assunto: ocupação no imóvel da
246 Fazenda Campo de Boi, situado no município de IPIXUNA, PARÁ. Eu quero
247 informar a todos aqui, inclusive ao deputado que encontra-se presente,
248 que no dia 12 de março de 2024 foi encaminhado resposta ao ofício
249 expedido por esta comissão, com o seguinte esclarecimento: “O Processo
250 número tal que trata da Fazenda Campo de Boi está sendo objeto de
251 análise da Comissão de Soluções Fundiárias. Já ocorreram duas sessões
252 individuais: uma com o requerente, no dia 8 de março, em formato virtual;
253 e outra no dia 15 de março, no auditório desta Ouvidoria Agrária, com os
254 requerentes do processo, ou seja, com os ocupantes. Quem está
255 conduzindo os trabalhos é a magistrada, membro da Comissão de
256 Soluções Fundiária, Dra. Josineide Pamplona. Informa que o Processo
257 número se refere a mesma área está concluso para julgamento sob a
258 relatoria do desembargador Amílcar Roberto Bezerra Guimarães. Em
259 relação à solicitação da inclusão dos referidos processos nos trabalhos
260 desta comissão, trago para debate de que forma a comissão poderá
261 contribuir”. Eu quero informar que, além disto aqui, nós avançamos um
262 pouco mais... A Dra. Josineide já trabalhou junto aos ocupantes, junto aos
263 proprietários e agora ela está querendo... Quando foi que ela marcou a
264 reunião com os advogados da Campo de Boi? LIVIA BASTOS SANTOS
265 FIGUEIREDO: Hoje já está acontecendo. DES. PRESIDENTE: Já está
266 acontecendo? Bom, está acontecendo neste exato momento uma sessão
267 agora, virtual, com os advogados; nós temos uma outra funcionária lá,
268 trabalhando com os advogados da Campo de Boi. Porque houve um
269 impasse e a doutora quer saber o real motivo, a comissão quer saber o





270 real motivo porque não há uma espécie... até onde pode se chegar para
271 ver se há uma espécie de composição. Caso não haja, aí ela,
272 logicamente, irá fazer a inspeção na área, vai dar continuidade – viu,
273 deputado? - vai dar continuidade para chegar a uma solução imediata.
274 Eu, inclusive, queria agora, nesse exato momento, dizer que os
275 advogados estiveram comigo e me disseram que na ocasião que a Dra.
276 Josineide estava conduzindo com os requerentes, o proprietário da
277 Campo de Boi se emocionou, chegou até, inclusive, a chorar. Isso me
278 causa um pouco de coisa, que eu não gosto de ver esse tipo de situação,
279 né? Mesmo porque, nós não estamos aqui nem de um lado nem de outro,
280 mas sim, nós estamos querendo conciliar a coisa de um devido tal. E acho
281 que a própria idade dele. E, por isso também queremos colocar... Não sei
282 se é com Dr. André, é com Dr. Mazutti? É Dr. André, é? Pois é, é o Dr.
283 André que está conduzindo pela Vara Agrária, está também sabendo do
284 que está ocorrendo, né? E eu pedi, inclusive, a Dra. Josineide que quando
285 tivesse esse tipo de... porque entendo até a situação do Dr. Marco
286 Marcelino, né? Ele já tem uma idade avançada. Por isso que foi dado
287 prioridade a Campo de Boi, até porque ela chegou na comissão muito
288 depois do que de outros processos, mas devido ele ter uma idade
289 avançada e também está em recuperação judicial, nós demos prioridade.
290 E a Dra. Josineide está conduzindo muito bem a coisa. E, se porventura
291 nós não chegarmos a um denominador comum, nós temos que,
292 logicamente, fazer o que tem que ser feito pela comissão. Viu, doutor
293 André? Encaminhar o relatório da comissão futuramente para Dr. Amílcar
294 e também para o juiz da causa, que é o juiz agrário. Lá irá ser colocada a
295 posição da comissão. Não quer dizer que o Dr. André vá acatar; isso é
296 problema do Dr. André. Também não quer dizer que o Dr. Amílcar vai
297 acatar; isso é problema do desembargador Amílcar acatar ou não o
298 resultado. De forma que a nossa Comissão e Conflito está cumprindo com
299 as nossas obrigações. Quero informar também que não só está Campo



300 de Boi está sendo feita, nós tivemos já uma série de outras situações já
301 de visitas, inclusive já visitas para a composição já, direto, para a
302 mediação mesmo. Entretanto, nós estivemos já em Eldorado de Carajás,
303 pelo que eu estou sabendo, já houve acordo lá sem problema nenhum,
304 com a interferência, inclusive, do Estado do Pará, através da Cohab que
305 se prontificou. E já foi desocupado, é isto? A área lá, e foi dado uma outra
306 área, que também a prefeitura se prontificou. O Dr. Mazutti deve tomar
307 conhecimento... [ininteligível] é com o senhor, né? SR. AMARILDO JOSÉ
308 MAZUTTI: [pronunciamento fora do microfone]. Esse processo de
309 Eldorado não está comigo, não. DES. PRESIDENTE: Tá bom, tá. Então
310 vejam bem, então nós estamos levando na medida do possível, mesmo
311 porque nós temos prazo dado pelo CNJ, né? E outras e outras situações
312 nós estamos avançando. Se os senhores desejarem, na nossa comissão
313 aqui... Acredito que só quem me pediu até o momento foi deputado
314 Bordalo, como é que está o andamento da Comissão de Conflito. Porque
315 não confundam a nossa comissão com a Comissão de Conflitos Agrários.
316 É completamente diferente uma da outra. Só trato daquele assunto e nós
317 tratamos aqui assuntos diversos, desde que faça parte do organismo e
318 também do meio ambiente. Então, se algum outro membro da comissão
319 desejar a relação do que nós estamos trabalhando, se desejar também
320 alguma interferência de alguma situação que possa estar mais
321 profundamente... que venha a dar um resultado melhor para nós fazemos
322 a coisa, nós estamos aqui à disposição. se desejarem, é só solicitar. Hoje,
323 o secretário geral não está aqui, mas é melhor porque nós estamos com
324 uma pessoa bonita aqui, né? O nosso secretário é bem feio, mas agora
325 nós estamos sendo secretariado hoje por uma pessoa bonita.
326 Para tirar um pouco desse... dessa seriedade. Não que nós não sejamos
327 sérios, mas ela é uma pessoa séria. Mas é verdade, né? É preferível
328 trazer uma pessoa bonita. Mas não é por isso, não. É porque chegou de
329 viagem ontem, estava para Parauapebas e vai também lá para Dom



330 Eliseu. É uma outra área que também está sendo investigada, todo
331 mundo... todos nós sabemos e estamos desejando o que for necessário
332 para fazer com que, até o final do ano, nós encerramos com este assunto
333 de ocupações anteriores para nós continuarmos. Agora, se nós
334 terminarmos com a ocupação, aí a comissão não terá muito o que fazer,
335 a outra comissão, não esta. Esta está sendo desprestigiada pelos próprios
336 componentes dela, pelo não comparecimento. É ruim, é ruim isso. Está
337 me fazendo até pensar em extinguir a comissão. Que parece-me que a
338 sociedade civil não quer participar na comissão, a exceção de alguns,
339 outros não. Mas vamos dar continuidade até aonde o Judiciário se
340 predispõe. Quero informar que para, nós termos esta reunião, nós temos
341 que... O Judiciário é um aparato tremendo, mas nós conseguimos realizar
342 esta comissão, inclusive a parte de informática, a parte de tudo que for
343 necessário para nós colocarmos para o mundo inteiro. Então é
344 desprestígio nós estarmos aqui, inclusive com todos os juízes agrários,
345 todos os agrários, e não ser prestigiado pela sociedade civil. Que é o que
346 nos interessa, é a sociedade civil. É o nosso jurisdicionado que necessita
347 da nossa prestação de contas. E nós estamos fazendo essa prestação de
348 contas ao vivo e para quem quiser. Nós não estamos nos furtando a isso.
349 Eu pediria novamente, quem estiver me ouvindo, por favor, na próxima
350 reunião que for designada, compareçam. Compareçam porque nós
351 temos, como sociedade civil e como Judiciário, dar a nossa contribuição.
352 Afinal de tudo, nós somos pagos pelo nosso jurisdicionado, pela
353 população. Então vamos dar a maior contribuição possível. E vejo que a
354 comissão está sendo esvaziada. Se assim for, eu vou propor à
355 Presidência do Tribunal para nós extinguirmos. Mas, por enquanto, ainda
356 não, mesmo porque, a duras penas, nós estamos fazendo com que a
357 comissão se reúna. Este é o assunto da Campo de Boi. Alguém quer
358 fazer qualquer tipo de contribuição? Se não quiser fazer agora, me façam
359 por escrito que eu encaminho para a Comissão de Conflitos qualquer





360 situação que a nossa comissão aqui necessite contribuir para a
361 elucidação, para um engajamento maior. O doutor queria falar? Pois não,
362 doutor? Fique à vontade. IBRAIM JOSÉ DAS MERCES ROCHA: Bom
363 dia a todos. Eu queria, inclusive registrar, desembargador, que o trabalho
364 da comissão tem sido bastante importante. Inclusive estive aqui presente,
365 representando a Procuradoria, junto com o Dr. Márcio Bittencourt, que
366 começou a tentar analisar as reintegrações de posse que a Jari moveu
367 contra diversos ocupantes de áreas lá, né? E aí, ele colocou um caminho
368 que ainda não foi possível, mas acho que vai ser... que é muito importante
369 [ininteligível] comissão, é que é para abrir um diálogo da Jari com o
370 Estado, como eu coloquei para ele. Precisa se resolver a situação da Jari.
371 Sabemos que o estado já tem ações, está se avolumando os conflitos, né,
372 do estado com a Jari. Uma situação que vem, infelizmente, se protelou no
373 tempo e, infelizmente, ainda não conseguiu. Mas eu tenho certeza que,
374 como ele é uma pessoa bem sensível, bem ativo, ele vai conseguir abrir
375 esse diálogo direto do estado com a Jari. Igual eu falei para ele, existe a
376 situação dos pequenos lá, as ocupações que já têm, enfim, várias
377 acumulando, mas também tem o conflito direto do estado com a Jari, que
378 precisa ser resolvido, né? E aí ele está tentando fazer esse procedimento;
379 infelizmente ele não conseguiu. Mas eu tenho certeza que esse é um
380 caminho importante. E aí eu acho que é justamente essa visão mais
381 ampla da atuação do Judiciário, né, pode ajudar, claro, sem vincular o juiz
382 competente, na sua competência exclusiva de julgar os processos, mas
383 pode ajudar a encontrar umas situações mais macro para o problema.
384 Então, queria registrar especialmente esse caso que está sendo gerido
385 pelo Dr. Márcio. E agradecer aí pelo trabalho que está sendo feito pelo
386 Judiciário nos diversos campos aí. Muito obrigado. DES. PRESIDENTE:
387 O Dr. Márcio que o senhor fala quem? IBRAIM JOSÉ DAS MERCES
388 ROCHA: Bittencourt. DES. PRESIDENTE: Ah, tá. Tá. Tá. Deixa eu lhe
389 falar. Foi observado lá, em relação a Jari, e aqui eu peço encarecidamente





390 a atenção do deputado da nossa comissão, deputado Bordalo aqui
391 encontra-se aqui, tem um fato que me chamou a atenção. Laranjal do Jari,
392 que fica para o Amapá hoje é uma cidade próspera, que enquanto que...
393 Como que é nome que fica? Monte Dourado e é uma cidade fantasma. E
394 o que é pior, o que foi me relatado é que Laranjal do Jari estão saqueando
395 o que existe lá ainda em Monte Dourado. Existe um hotel lá, não me
396 permita o nome que eu não me lembro... Depois da Covid é isso que dá,
397 e a idade também leva a gente esquecer as coisas, né? Tem um hotel lá
398 que encontra-se... era primor. Eu não conheci. É um primor de hotel.
399 Hoje... SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: [pronunciamento
400 fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Hein? Como é nome? SR.
401 CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Carioca(F). É Carioca(F).
402 DES. PRESIDENTE: Pois é. É esse aí. É saqueado completamente pelas
403 pessoas ruins. Não são pessoas boas, são ruins que atravessam para
404 saquear, hoje, Monte Dourado. Então eu pediria que o... ORADORA NÃO
405 IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
406 PRESIDENTE: A informação que tem aqui eram quatro processo foi
407 encontrar um, é isso? ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento
408 fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Uma das áreas foi encontrada
409 ocupante. Trabalho hercúleo também do nosso setor de... doutor... SR.
410 CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Sigeo. DES. PRESIDENTE:
411 Do Sigeo nosso também. Feito levantamento... Este homem é um
412 baluarte, que pese a idade que tem, mas ele chega e faz e acontece. A
413 coisa está sendo... Só tem um lugar, né, que foi encontrado algumas
414 pessoas lá. E o que é pior, parece que a pessoa está passando para outro
415 e quer porque quer se intitular dono. Dono ali é o estado. O Supremo
416 Tribunal já decidiu que o dono daquela propriedade ali é o estado. Muito
417 bem capitaneado por Sua Excelência, doutor, quando esteve lá,
418 sentenciou esse processo da Fazenda de Saracura, né? O dono é o
419 estado, domínio é do estado; ali a posse ainda é da Jari. Tem que





420 diferenciar posse e propriedade, né? Por isso nós estamos trabalhando
421 também na Comissão de Conflitos para ver se a gente chega a um
422 denominador comum. Que são tantos processos que envolvem o Estado,
423 a Jari. Inclusive eu estou com um bocado, já como desembargador. Eu
424 não posso muito adentrar nesse aspecto que eu posso decidir alguma
425 coisa e ser mal interpretado pelo que falo aqui. Mas em relação ao que
426 nós estamos se propondo através da comissão... Dr. Manuel Maria
427 também, que faz parte, está presente aqui, qualquer esclarecimento em
428 relação a esse aspecto ele poderá dar até aonde a comissão está agora
429 a trabalhar. E, por sinal, tem um município também, viu, deputado, que dá
430 trabalho. É Alenquer. Alenquer é complicado, é complicado. Parece que
431 há duas famílias que mandam lá, e aí ficam se digladiando, é para cá, é
432 para ali, para acolá. Mas isso aí nós não vamos entrar. Nós temos que
433 entrar no meio jurídico da coisa, né? E vamos deixar a política... A política
434 é deputado Bordalo, deputado Chicão, os deputados estaduais e federais.
435 Nós não temos nada a ver com isso, né? Então nós estamos fazendo...
436 Hoje parece que o dia foi para me colocar... Eles sabem que eu estou em
437 reunião aqui. Bom, mas então eu quero dizer aos senhores que a
438 comissão... Bom, saber dos senhores: desejam saber do andamento das
439 comissões... da Comissão de Conflito, o que está sendo feito, o que deixa
440 de ser feito? Qual a contribuição que a nossa comissão aqui poderá dar
441 para a Comissão de Conflitos? Nós servimos para isso também. Não é só
442 para ajudar os nossos juizes agrários, não, nós também temos que ajudar
443 a Comissão de Conflitos se, porventura, nós tivemos alguma coisa que
444 vem robustecer. Se for para criar problemas, não vamos criar problema,
445 não. Deixa a comissão trabalhar. Né? Mas se for para ajudar, estamos
446 aqui para isso. Alguém deseja saber o andamento da... além do deputado
447 Bordalo. Pois não, doutora? ADRIANA AFONSO NOBRE: Bom dia. Eu
448 presido atualmente a Comissão de Relações Agrária e Agronegócio da
449 OAB. E ontem nós tivemos uma reunião onde os advogados que atuam





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

450 no interior, alguns que estão com imóveis pendente de cumprimento,
451 solicitaram essas informações, né? Em reuniões anteriores eu cheguei a
452 solicitar essas informações para o Laércio e ele disse que ele iria
453 encaminhar, mas a gente não recebeu. Aí como depois veio aquela lista,
454 né, aí nós não formalizamos. Mas nós gostaríamos, até mesmo pra nós,
455 atualizarmos os colegas, que alguns que vem solicitando essas
456 informações da nossa comissão, para que a gente possa apresentar essa
457 proposição aqui. DES. PRESIDENTE: É da OAB, a senhora,
458 representante? ADRIANA AFONSO NOBRE: Da OAB. DES.
459 PRESIDENTE: Então vamos encaminhar ofício, tá? Saber o que nós
460 estamos fazendo até hoje, o que... como está sendo feito, tá? ADRIANA
461 AFONSO NOBRE: Exatamente. DES. PRESIDENTE: Tá bom. Mais
462 alguém. Pois não, doutor. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO:
463 Excelência, a federação encaminha de acordo com a OAB. É interessante
464 que tenha conhecimento, porque a gente pode colaborar de alguma forma
465 e nós somos procurado pelos produtores referente a isso. ORADORA
466 NÃO IDENTIFICADA: E a Secretaria... DES. PRESIDENTE: Pois não,
467 doutora? Vamos pegar aqui o... VERENA FADUL DOS SANTOS: Bom
468 dia a todos e todas. E a Secretaria de Igualdade Racial e Direitos
469 Humanos também, né? De que forma está sendo encaminhado? Eu acho
470 que é melhor circular, né, Excelência? DES. PRESIDENTE: Vamos fazer
471 isso aqui circular e mandarmos para todo representante da comissão para
472 depois não alegarem ignorância. Tá certo? Então, se há interesse, vamos
473 assim fazer, né? Mais alguma coisa? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA
474 SOLANO: Excelência. DES. PRESIDENTE: Sim. SR. MÁRIO ALFREDO
475 SOUZA SOLANO: Voltando ao assunto da Campo de Boi, Excelência,
476 que o senhor fez uma indagação sobre algum encaminhamento. É
477 compreensível, e até louvo a sensibilidade que tem com o Dr. Marco
478 Marcelino. Eu não sei se há mais alguém aqui - o deputado Bordalo talvez
479 -, mais alguém teve a oportunidade de conhecer a Fazenda Campo de





480 Boi, no passado. Eu tive a oportunidade. A Fazenda Campo de Boi era
481 referência nacional em produção, inseminação artificial era o campo de
482 extensão da Ufra. O Marco Marcelino pagava todas as despesas referente
483 a transporte para levar os alunos da Ufra para fazer extensão dentro da
484 propriedade, ficavam alojados no hotel de trânsito que tinha dentro da
485 propriedade, para fazer essa extensão. Então tinha não só o cunho
486 empresarial, mas também a questão social, educacional. E essa
487 propriedade era referência nacional, com eventos nacionais. E tem até
488 foto com os mais diversos... mais diversas aeronaves porque ela tinha um
489 campo de pouso. Lamentavelmente, perdemos toda aquela propriedade,
490 e foi utilizada há pouco anos atrás, pra tráfico de drogas. Não vamos
491 esquecer que foi apreendido uma quantidade considerável de cocaína
492 dentro de uma aeronave que pousou na Campo de Boi, já era ocupada.
493 Portanto, com essas observações, solidarizar Dr. Marco Marcelino.
494 Agradecer o encaminhamento está sendo dado pela Justiça, a
495 sensibilidade nesse sentido. E espero que realmente chegue a um bom
496 resultado. Aproveitar também que o senhor tratou aqui sobre a questão
497 da mediação, e parabenizar, desembargador, a sua equipe e a todos,
498 todas as instituições que participaram da primeira reintegração de posse
499 que aconteceu neste ano, que ocorreu lá no município de Tucuruí. Eu
500 participei dessa como observador pela comissão e pela federação, da
501 reintegração. E realmente foi um profissionalismo e uma ação impecável.
502 Portanto, eu não poderia deixar de externar, a sua equipe estava lá, o
503 tratamento, a forma adequada, o enquadramento que foi dado e o
504 resultado esperado foi exatamente com tranquilidade. E é assim: as
505 coisas quando são boas, ninguém divulga. Não é? Não aparece em capa
506 de jornal, não sai na mídia. Então, nós não podemos perder a
507 oportunidade de, pelo menos entre nós, externar e exaltar as coisas boas
508 que acontecem justamente nas ações desta comissão. Eram essas
509 observações. Obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito bem. Aproveitando o *p.*





510 ensejo, agradeço em nome da equipe. E agora nós... O senhor esqueceu
511 de uma citação. A Polícia Militar foi de grande valia. E aqui eu sugeriria
512 já, um ofício de elogio também, aproveitando o seu gancho, ao
513 comandante e aos componentes que fizeram parte do policiamento
514 ostensivo lá. Inclusive também um elogio ao juiz agrário, Dr. Amarildo
515 Mazutti, que também foi peça *sine qua* na solução desse conflito.
516 Lembro-me que, no princípio, eram três fazendas... No princípio foram só
517 duas, porque uma foi suscitada para paralisarmos por uma decisão da
518 desembargadora Margui. Mas, logo em seguida, o proprietário ingressou
519 com agravo de instrumento no Supremo Tribunal Federal e foi
520 determinado que a Dra. Margui revogar-se a sua decisão e fosse
521 cumprida a decisão em relação, se não me falha a memória, Fazenda
522 Esperança, não é isso? Fortaleza. Então, que foi feito também, foi em
523 duas situações. Então, acredito que a Polícia Militar e o Dr. Mazutti
524 necessitem oficialmente que nós nos manifestemos em relação a elogios.
525 Alguma coisa em contrário? Não. Então está aprovado. Vamos
526 encaminhar ofício à presidente do Tribunal e ao comandante-geral da
527 Polícia Militar, elogiando a atuação do comandante das Missões
528 Especiais. Se não me falha a memória, era do coronel Araújo, né, que
529 estava... ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do
530 microfone]. DES. PRESIDENTE: Hein? ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
531 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Isso. Quanto
532 aos elogios dada à minha equipe, fiquem elogiados por mim aqui, porque
533 já foi efetuada pela federação e por todos que nós estamos aqui. Se
534 houver necessidade também de colocar nos vossos assentamentos,
535 desde que eu mesmo coloco. Tá certo? Porque a equipe está coesa aqui.
536 Inclusive estamos recebendo mais novos -viu, doutores? - nós temos mais
537 um agrimensor. É agrimensor, é, doutor? ORADOR NÃO
538 IDENTIFICADO: É técnico. DES. PRESIDENTE: Técnico agrimensor já,
539 que irá fazer parte, juntamente com o Vécio, para nós darmos um





540 andamento mais célere à essa comissão. Nós temos que trabalhar, gente.
541 Temos que... Estou aguardando resposta do deputado Bordalo, que até o
542 momento não me deu. Eu tenho que cobrar isso oficialmente, né, de gente
543 para cá. Também tenho que cobrar, também, do coronel Solano, que
544 também não me deu até agora, no momento, o nome das pessoas que
545 irão trabalhar aqui. Temos que ter também da PGE, né, as pessoas que
546 desejam trabalhar aqui. Porque nós temos que, até o final do ano,
547 encerrar com esse assunto, em que pese esse ano eleitoral. Mas nós não
548 podemos parar, tá, gente? **ITEM 05.** Agora, no que ocorrer. Eu quero
549 informar, senhores, que ontem estive reunido aqui, com secretário de
550 Segurança Pública, o comandante do Comando Maior do Exército,
551 estivemos também aqui com o IFPA, é o instituto que trabalha com a
552 educação, e também com o comandante geral dos Bombeiros para
553 alinhar alguma coisa em relação à COP 30, que vai ser realizada aqui
554 em Belém, em que pese a cidade estar no caos que está. Mas nós
555 estamos trabalhando no que nós podemos ajudar, né? E ontem nós
556 tivemos essa doação, e aqui eu queria informar que nós vamos fazer no
557 dia 10. vai ser uma operação em conjunto, com a Polícia Civil também,
558 que nós vamos expedir certidão... carteira de identidade. E eu
559 conversando com o secretário de Segurança Pública, nós não podemos
560 fazer agora, de imediato, a nova carteira de identidade, porque nós
561 estamos ainda na preparação ainda dos nossos servidores, [ininteligível]
562 os servidores de informática, que tem que ir para cá, tem que ir para
563 Brasília e depois retornar. E ele me deu os números exatos. Então, de
564 janeiro para cá ele só fez até agora 2 mil carteiras novas, né? Enquanto
565 que é necessário... é necessário mensalmente 80 mil. Quer dizer, então
566 o [ininteligível], então... Mas como a carteira tem validade até 2030, ele
567 vai disponibilizar para nós aqui e, se porventura, algum dos senhores
568 desejarem, né, através das suas instituições, alguma coisa, ele se
569 predispõe a também ajudar para fazer encaminhamento. Porque o





570 cidadão tem que ser cidadão, tá? E sem documento é complicado. Nós
571 também teremos um comando médico, não é isso? Para fazer os
572 encaminhamentos através de uma clínica aqui no, dia 10. Tudo isso no
573 dia 10. Vai tudo funcionar. Nós vamos paralisar um pouco a nossa
574 Comissão de Conflitos... Não é paralisar, as que já estão agendadas vão
575 ser feitas. Então, se houver necessidade, eu pego até o pessoal do meu
576 gabinete, trago todo mundo para cá para nós fazermos essa operação em
577 conjunto. Pedir ao deputado Bordalo, a quem for, e que tiver, nós temos
578 pouco, já disse... Quantos casamentos nós já temos agendados, sabe?
579 ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].
580 DES. PRESIDENTE: Sim. Interessados. ORADORA NÃO
581 IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
582 PRESIDENTE: Nós já temos 40 agendados. Hã? ORADOR NÃO
583 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
584 PRESIDENTE: Oitenta. Aqui, tudo é aqui. Nós temos esse espaço para
585 isso. Me pediram assim: "Não, vamos fazer lá no auditório da...". Não,
586 senhor. Temos aqui. Não temos porque... Vamos fazer? Vamos fazer
587 aqui. O espaço nos foi dado, então vamos usar o nosso espaço. Assim
588 como ei peço de novo, viu, aos meus juízes agrários para que se engajem
589 nesse projeto. É muito bom, tá? Então a receptividade junto aos
590 comandos, né, tanto do Exército, quanto da Segurança Pública, quanto
591 do Bombeiro, e quanto ao IFPA, foram maravilhosos. Se necessário for...
592 O IFPA já está em cinco municípios, deputado Barbado, cinco municípios
593 já. Se necessário for, não há problema nenhum... O Dr. Leônidas, não é
594 isso? O nome do reitor lá, que veio para cá foi o reitor, mas é uma reitora
595 lá, que ele veio com poder para decidir quanto a isso aí. Então, a
596 comissão está crescendo em termos sociais. Nós não somos só o agrário,
597 nós temos também cunho social. E, no cunho social, vamos trabalhar,
598 gente. Vamos trabalhar, porque a melhor coisa é nós trabalharmos para
599 o jurisdicionado. Somos pago para isso. Somos funcionários públicos para





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

600 isso. Temos, logicamente, as nossas obrigações no Judiciário, mas
601 também nós temos - né, Dr. Mazutti? - temos obrigações também lá. Eu
602 devo estar em Marabá, dia 4 eu estou viajando para lá. Devo ser
603 recepcionado pelo Dr. Mazutti. Eu vou só, viu, Dr. Mazutti? Vou só porque
604 a equipe toda está trabalhando, inclusive o meu segurança também está
605 viajando. Para o senhor ter uma ideia, a equipe tão pequena, mas tão
606 imbuída do cumprimento do dever, que até o segurança está trabalhando.
607 Né? Tanto por terra quanto por avião, o que for. De forma que nós não
608 podemos... Bom, nós estamos no que ocorrer. Mais alguma coisa a
609 gente? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Posso falar só
610 mais uma...? DES. PRESIDENTE: Pois não? SR. CARLOS ALBERTO
611 BARROS BORDALO: Eu já enviei para Vossa Excelência o contato do Dr.
612 Claudinei, lá de Marabá, que assumiu agora a superintendência do Incra.
613 DES. PRESIDENTE: Tá. Esse assunto, no que ocorrer. Foi realizado já,
614 na semana passada... Agora foi ontem... SR. CARLOS ALBERTO
615 BARROS BORDALO: Não, foi terça-feira, não foi a... DES. PRESIDENTE:
616 Foi terça-feira? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: A visita
617 técnica da Perseverança, não foi, Mazutti? DES. PRESIDENTE: Foi isso?
618 Terça-feira? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Terça ou
619 quarta. DES. PRESIDENTE: Agora, da comissão. SR. AMARILDO JOSÉ
620 MAZUTTI: Lá em Parauapebas. SR. CARLOS ALBERTO BARROS
621 BORDALO: Parauapebas. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Foi
622 [pronunciamento fora do microfone]. SR. CARLOS ALBERTO BARROS
623 BORDALO: Ele estava presente, não era? SR. AMARILDO JOSÉ
624 MAZUTTI: Lá em Parauapebas [ininteligível]. SR. CARLOS ALBERTO
625 BARROS BORDALO: Sim. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: O Dr.
626 Charbel falou que está dando encaminhamento. SR. CARLOS ALBERTO
627 BARROS BORDALO: É. isso. O que ele me disse-- DES. PRESIDENTE:
628 Encaminhamento. Agora deixa eu só fazer uma colocação, viu, gente?
629 Olha, lá vai de novo o Incra. Lá vai de novo Incra. O Incra quando... se





630 estiver errado o senhor me corrige, quando da visita que o Dr. Mazutti fez,
631 que chamou as pessoas, o representante do Incra estava lá,
632 representante do Incra, né? E ele disse: "Não, não precisa mais continuar,
633 não, porque o Incra vai fazer e acontecer. Está tudo certo. Vai fazer
634 porque o Governo Federal vai pagar". Aí vamos aguardar. Pediram prazo,
635 vamos aguardar. Duas semanas depois, o Dr. Mazutti conversa com um
636 homem lá do Incra, superintendente - não sei quem era, não me interessa
637 nem saber - aí disse: "Não, o Incra não está autorizado a fazer nada". Aí
638 fica desacreditado o Incra. Mas, quando foi agora, né, e eu vim saber
639 agora, o Dr. Charbel me disse que quem estava lá era um representante
640 do Incra de Brasília, né? E ele novamente chegou: "Não, porque vai ser
641 resolvido. Vai ser isso, vai ser aquilo". Aí eu vim saber hoje, pelo deputado
642 Bordalo, que este rapaz é o interventor do Incra Nacional em Marabá. Ou
643 seja, o que estava lá já não está mais, né? E aí eu teria dito para o Dr.
644 Charbel: Fez errado, não tinha porque estar dando mais prazo. Mas ele
645 novamente pediu o prazo. Veja bem, novamente pede prazo, e prazo, e
646 prazo, e prazo, e prazo. O deputado Bordalo me fez uma ponderação:
647 "Dr. Mairton, vamos dar um prazo para ele, para ver se realmente o
648 Incra...". Porque, na realidade, não tem conflito ali, foi observado que não
649 tem conflito. O que falta é simplesmente o Governo Federal, através do
650 Incra, cumprir sua parte. Quem não vem fazendo até o momento. Pediu
651 prazo, prazo. Só que esse prazo não pode ser 'elastizar', viu, Dr. Mazutti?
652 Vai vir para o senhor o pedido deles lá e coisa parecida. Eu confesso aos
653 senhores, eu não dou mais prazo, não. Já chega. Já chega de passar a
654 cabeça na mão de uma instituição que não está funcionando, seja de
655 Brasil, seja daqui. Há muito tempo vem se fazendo, se falando, se falando.
656 Aí é prazo, prazo. É enganação, enganam o juiz agrário, né? Estão
657 querendo agora... Não sei, mas eu estou já... pelos anteriores, já estou
658 vendo que estão querendo mais prazo. Mas para quê? Se todo mundo
659 sabe - viu, deputado Bordalo? - todo mundo sabe o que está ocorrendo.





660 Não adianta. É só chegar e tomar uma decisão. Mas não, o Inbra se acha
661 no direito de pedir prazo, prazo, mais prazo, prazo. Que prazo é esse?
662 Assim como nós temos que dar a solução para os ocupantes, nós temos
663 que dar solução também para o proprietário. É que eu sempre ouço dizer
664 assim: "Vamos ter as armas iguais", por aqui eu ouço. Mas as armas são
665 iguais. Agora, não devemos saber... Novamente eu digo, eu também
666 tenho culpa nisso, mas culpa porque eu tive que fazer um procedimento,
667 isto até ontem eu estava proibido de viajar de avião, por isso eu ainda não
668 tinha ido a Brasília. Mas eu vou a Brasília para nós mostrarmos a nossa
669 insatisfação, não do Judiciário, mas sim, do jurisdicionado nosso, em
670 relação ao Inbra. Ou Governo Federal coloca o Inbra para funcionar... Até
671 hoje não tem. O Inbra está sucateado, tanto de ser humano quanto
672 também de informática. Ou seja, não tem nada aqui, absolutamente nada.
673 Deixaram sucatear o Inbra, que é um órgão tão importante, mas tão
674 importante, não só para o Estado do Pará, mas como o Brasil inteiro, mas
675 está sem funcionar. Se o problema aqui é o Pará, então crie um órgão
676 nacional apenas com o Pará. O que nós não podemos fazer ficar e à
677 mercê de um órgão que não quer trabalhar. Pois não, deputado? SR.
678 CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Não, só concordo
679 inteiramente com Vossa Excelência no que concerne à paralisia desse
680 órgão. Disse ontem, em um congresso extraordinário da Federação dos
681 Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar, quase o que o
682 senhor está dizendo. E se é verdade que o governo anterior sucateou o
683 órgão, mas já nós já estamos com um ano e três meses do novo governo,
684 e não há mais justificativa para estar desta forma. Esse rapaz, pelo que
685 eu entendi, eu não conhecia ele, falei com ele agora, da sua sala, me
686 parece que ele traz para o Inbra de Marabá, que é das superintendências,
687 talvez a mais complexa, ele traz uma experiência no trato com as
688 questões da área que o outro talvez não tivesse, porque o outro vinha de
689 uma experiência, pelo que eu pude sentir em uma viagem, quando eu fui





690 lá para Divino Pai Eterno, que ele foi no avião comigo, e foi quando eu o
691 conheci. Reginaldo não era o nome dele? A experiência dele era de ter
692 sido vice-prefeito, tido... Não é a mesma coisa de você ter o *know-how* ali.
693 Ele parece que vem do Paraná, e no Paraná ele até me disse agora, ao
694 telefone, que estava participando, inclusive, desse processo com CNJ de
695 inspeções judiciais. Então, portanto, me parece um quadro de uma de
696 uma estatura maior do que a gente tinha lá. Por isso que eu ponderei.
697 Mas eu acho que Vossa Excelência tem toda a razão, cabe ao Judiciário
698 avaliar se ainda cabe dar prazo ou não. Mas o Dr. Mazutti, que está mais
699 na área, deve saber melhor do que eu. Obrigado, doutor. DES.
700 PRESIDENTE: Aí, Dr. Mazutti, o senhor verifica - tá certo? - quando
701 retornar. Nós vamos dar um pouco de prazo para ele. Nós vamos, né,
702 fazer... elaborar o relatório e coisa parecida. Eu vou dar minha opinião
703 quanto a isso, e a minha opinião o senhor sabe já qual é? Mas aí o
704 problema é seu, não é meu, tá? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:
705 Excelência, aproveitar a oportunidade, né? Eu fiz lá essa inspeção, aí
706 apareceu o pessoal do Incra, falaram que era prioridade máxima geral
707 fazer esse acordo. Dias depois, apareceu o superintendente, o
708 engenheiro, lá no Incra, vieram em uma audiência ambiental e aí eu
709 perguntei, ele falou: "Não, aquela área não pode ser adquirida pela União
710 porque ela tem 60% de mata nativa". É uma área montanhosa, é muito
711 montanhosa, é uma área que não vai ser destinado para reforma agrária
712 em hipótese alguma. Até porque, quando que nós fizemos a inspeção,
713 nós achamos duas castanheiras de 600 anos, derrubadas as castanheiras
714 para fazer carvão, tá? Pessoal derrubando castanheira para fazer carvão.
715 Olha que luxo, hein, de churrasco é isso, né? Então, o que acontece é o
716 seguinte, aí é a questão do prazo é uma questão que a comissão está
717 imbuída nessa... a comissão tem poder para dar prazo, fazer alguma
718 coisa. O problema maior é o seguinte: é que esses processos, como o
719 desembargador falou, que até o final do ano tem a previsão de resolver a





720 situação, é que nós temos metas, como juízes, né, metas que o CNJ
721 impõe, e a gente tem que estar justificando todo mês. E aí você entra no
722 vermelho. Entra no vermelho, tu tem que justificar e o processo fica
723 parado na comissão. E a questão da aquisição pelo Incra, eu me recordo
724 em 2015, quando eu vinha da Vara Agrária de Redenção, eu vim para
725 Marabá, em 2015, quando cheguei, primeiro dia tinha uma audiência da
726 Santa Bárbara em relação àquela questão da aquisição da Santa Bárbara,
727 a questão da cédula da Maria Bonita, do Caroco do Olho, são sete ou oito
728 fazendas, né? Aquele problema da aquisição. Processo parado há quatro
729 anos, ele não era instruído o processo aguardando conciliação. O que eu
730 fiz? Eu instruí, inclusive, uma recomendação do desembargador Mairton,
731 que sempre me incentivou: "Instrua o processo e sentencia. É o nosso
732 papel". Liminar é uma coisa, instrução do processo é outra. O nosso... o
733 dever do magistrado é dar andamento na instrução do processo e
734 sentenciar. O que acontece? E assim eu fiz: sentenciei vários processos.
735 Se eu tivesse aguardado, até hoje, faz oito anos que estou em Marabá,
736 não tinha... não houve conciliação da Santa Bárbara. Aí, agora,
737 novamente, o pessoal da Santa Bárbara sinalizando que tem uma
738 possibilidade da União adquirir essas áreas para alojar os agricultores.
739 Conversando com o Ministério Público lá de Marabá, também, foi feita
740 uma sugestão que se houvesse uma aquisição de áreas da Santa
741 Bárbara, que são áreas grandes, que se alojasse todos os ocupantes do
742 estado, por que não? Pegar todas as regiões agrárias, tiver alguém que
743 está ocupando, divide a terra, né? Porque eu acredito que a reforma
744 agrária padrão do Incra hoje é de 5 a 10 alqueires de terras, né? Não é,
745 por exemplo, 200 alqueires de invasores ocupantes que ficam com 200
746 alqueires de terra, que eu acredito que a União não vai cancelar uma
747 fazenda para um ocupante, né? Então tem essa questão também. Então
748 a minha preocupação maior é a demora, porque vai sendo empurrado
749 isso, entendeu? O processo vai sendo empurrado. A comissão foi





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

750 maravilhosa para os juízes agrários, porque ela vai tentar um último
751 recurso ou tentar uma conciliação, só que o problema é impedir que isso
752 retarde mais ainda, né, e que a gente não possa dar essa efetividade aí
753 no nosso processo. Mas eu acho que tudo é válido, né? Tudo é válido. E
754 eu sugiro, sugiro uma sugestão aqui, para Ouvidoria Agrária, que façam
755 no sistema PowerPoint, ou colocar todas as fazendas que estão sendo
756 feitas os trabalhos, a sugestão da comissão para que possa ser
757 acompanhado no site. Inclusive quando a gente acessa o site da ouvidoria
758 que tenha lá um arquivo do PowerPoint fazenda tal, os últimos
759 andamentos. Feito um sistema assim, de planilha, fica mais fácil para a
760 gente poder consultar e para as partes também consultar, já que é
761 público, né? Mas fica a sugestão. DES. PRESIDENTE: Gestão boa é
762 difícil de praticar, mas se pode fazer com que, né, nessa reunião que
763 poderá ter, sugerir isso aí ao Governo Federal. SR. AMARILDO JOSÉ
764 MAZUTTI: É mais fácil [ininteligível]. DES. PRESIDENTE: Porque aí
765 existe também terras não só da União, também existe a estadual, né? Por
766 isso que eu acho uma dificuldade. Mas, se porventura, for no seu, no
767 geral, acredito que seria um... O que o senhor acha, Dr. André? Não é?
768 Uma boa, né? Boa sugestão, doutor. Mas se o senhor puder dar esse
769 pontapé inicial. Quando é que o senhor marcou essa audiência? SR.
770 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Na Santa Bárbara? DES. PRESIDENTE:
771 Na Santa Bárbara. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Não, a Santa
772 Bárbara já está na comissão agora. DES. PRESIDENTE: Ah, está na
773 comissão? Ah, tá. [pronunciamento fora do microfone]. Não, não, não.
774 Não é Santa Bárbara, não. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: [ininteligível]
775 da Serra, Fortaleza, Carçoço do Olho, Rio Pardo. DES. PRESIDENTE: É
776 um complexo [ininteligível]. Depois tu manda para a comissão o número
777 do processo, tá? Para nós trabalharmos nesse assunto aí. E vê logo com
778 quem está. Qual é o número? Tu sabe ou não sabe? Não? Depois veja
779 aí, que é uma boa, excelente. Agora nós temos que também chamar o





780 estado para compor, se for o caso... Mas se está na comissão, a comissão
781 verifica isso, tá? Mas, gente, é isso aí, Mais alguma coisa? Diga, doutor.
782 SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Sim, Excelência. É referente a
783 uma decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo, referente à 828. A
784 interpretação que deve ser feita antes e depois da 828, tá? E aqui quero
785 ressaltar que nós fizemos questão de fazer a leitura do processo e,
786 obviamente, estava lá a informação, obviamente porque foi encaminhado
787 ao juiz, e o Dr. Mazutti fez a peça em resposta para o ministro. Nós lemos,
788 viu, Dr. Mazutti? E fazemos questão de parabenizar. E resultou na
789 decisão do ministro Gilmar Mendes definindo - viu, deputado Bordalo? -
790 reuniões pretéritas, nós conversamos sobre marco. Aí o deputado pediu
791 para não chamar essa palavra de marco temporal. Mas agora está
792 chancelado pelo ministro Gilmar Mendes. Ou seja, existe realmente uma
793 definição sobre esse processo. Então, parabenizar. SR. CARLOS
794 ALBERTO BARROS BORDALO: [pronunciamento fora do microfone]
795 povos indígenas. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Não, não,
796 não. O povos indígenas também existe a controvérsia, mas vamos
797 dialogar em outro momento, não no que ocorrer. A gente conversa no
798 café. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: [pronunciamento
799 fora do microfone]. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: É a gente
800 conversa no café. O outro ponto, Excelência, é referente ao que está
801 sendo dito do Incra referente a essa questão titulação, entre outras ações
802 de responsabilidade do Incra. Nós temos constatado, nessas viagens que
803 nós temos realizado pela federação, principalmente naquela região Xingu
804 - nós temos aqui o juiz agrário - e Transamazônica chega também até o
805 Dr. Mazutti. Essa área é emblemática porque grande parte é território
806 federal. E a gente ouve o clamor, seja pequeno, médio, da questão
807 justamente da falta de atividade, ou seja, melhor dizendo, falta de retomo,
808 de celeridade, de resolução da questão de titulação, de propriedade, de
809 pessoas que estão lá há mais de 30 anos e não conseguem resolver os





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

810 problemas. E agora, com novas legislações que estão saindo, criou uma
811 insegurança jurídica naquela região. Eu tenho certeza que deve ter
812 chegado alguma coisa aos magistrados aqui, na região. Isso precisa, já
813 que o senhor irá a Brasília, é interessante que a gente possa subsidiar as
814 suas excelências, o desembargador, para tratar justamente desse
815 aspecto também junto a quem possa realmente dar um encaminhamento
816 para resolver a questão e não ficar esse conflito *ad aeternum* sem
817 solução. As pessoas não conseguem, muitas vezes, buscar recursos para
818 a produção, tem muita dificuldade. E eu estou falando principalmente os
819 pequenos e médios produtores. Então fica aqui esse clamor, esse desejo
820 que haja esse subsídio, dessas demandas junto ao Incra, está certo? Nós
821 vamos fazer a nossa parte. Para que quando o senhor for a Brasília, o
822 senhor tenha o subsídio necessário para que faça com que - viu, deputado
823 Bordalo? - realmente o Incra aqui, no Pará, que nós temos três
824 representações, talvez o único estado que tem isso, e não tem a
825 celeridade necessária. Eu fico imaginando os advogados da OAB, a
826 insegurança que o senhor e as senhoras ficam, porque, obviamente vocês
827 dependem disso. E aí fica *ad aeternum* esses prazos, etc. Então fica esse
828 nosso desejo, nosso clamor de buscar a união para que o senhor possa
829 ter subsídios suficientes para tratar desse assunto em Brasília. Obrigado.
830 DES. PRESIDENTE: Muito bem. Me mande isso aí que é interessante.
831 ADRIANA AFONSO NOBRE: Doutor, só para complementar o que o
832 Coronel Solano falou. DES. PRESIDENTE: Pois não. ADRIANA
833 AFONSO NOBRE: Eu ia formalizar. Ontem, durante a reunião, nós
834 reunimos com vários advogados do sul do Pará, sudeste e isso foi uma
835 das pautas. Eles relataram que a titulação daquela região está parada,
836 praticamente todos os serviços; a plataforma PGT está com algumas
837 inconsistências. No final do ano passado, eles relataram que a
838 paralisação seria temporária, porque eles estavam passando por um
839 processo de atualização de sistema. Mas acredito que isso por si só não





840 era o fator preponderante. E acaba que nós já estamos aí em março e os
841 procedimentos estão todos paralisados, o que agrava para aquela região,
842 porque a aquela circunscrição ali, ela é praticamente toda de competência
843 do Incra. Então para cá você ainda tem... ainda consegue avançar na
844 pauta da regularização nesses serviços com o Iterpa, para lá não. Então,
845 nem respostas, nem de procedimento de usucapião, nem de
846 regularização, de descaracterização de imóveis, certificação, CCIR.
847 Então tem vários serviços que estão realmente travados e paralisados, e
848 entendo que isso é gerar um problema fundiário que vai explodir a
849 qualquer momento para aquela região. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA
850 SOLANO: [pronunciamento fora do microfone]. ADRIANA AFONSO
851 NOBRE: Então quando for a Brasília a gente vai... realmente eu vou
852 apresentar isso para subsidiar o máximo de informação possível em
853 relação a todo-- DES. PRESIDENTE: [ininteligível] desse assunto
854 pessoalmente. ADRIANA AFONSO NOBRE: Nós estávamos dispostos a
855 irmos a Brasília, inclusive formar um grupo para ir, porque a situação está
856 insustentável naquela região. Obrigada. DES. PRESIDENTE: Vamos
857 fazer isso. Vamos fazer isso. Me subsidiem, porque aí eu, na próxima,
858 quando eu for lá... Eu não devo demorar muito a ir, né? Eu vou depender,
859 logicamente, da agenda deles lá, porque eu vou não só lá, eu vou no
860 Ministério, eu vou no Incra, devo ir no ministro das Cidades, né? E devo
861 também estar procurando falar propriamente com o presidente da
862 República, né? Se houver condições, eu falo com ele pessoalmente.
863 Porque... ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do
864 microfone]. DES. PRESIDENTE: Sim, sim, sim. Não tenha dúvida. Não
865 tenha dúvida. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO:
866 [pronunciamento fora do microfone]. Estamos no ano eleitoral, e ano
867 eleitoral de maior complexidade, que é prefeito e vereador. Isso agrava
868 mais os ímpetos de conflitos no campo. Obrigado. DES. PRESIDENTE:
869 Não tenha dúvida. Então, gente, como não há mais nada, não vamos dar





870 por encerrado. Antes, porém, eu ofereço aqui a data do dia 19/04 para a
871 nossa nova reunião. Tem alguém contra? ORADOR NÃO
872 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
873 PRESIDENTE: Oi? ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento
874 fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Tem problema? Sim. Tá bom?
875 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].
876 DES. PRESIDENTE: Deputado Aveilton, é? Não, vamos fazer. Então tá
877 bom. Ficamos então para o dia 19, tá? Como não há mais nada a ser
878 tratado dou por encerrada a sessão. Muito obrigado, gente. Muito
879 obrigado. *Assim, eu, Alessandra Trindade Ribeiro Lauande, auxiliar*
880 *judiciária, lavrei a presente ata.////*

881

882

883

884

885

886

Des. MAIRTON MARQUES CARNEIRO
Ouvidor Agrário do TJPA e Presidente da Comissão Permanente de
Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
Grilagem – CPMEAQLG.

